



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PAUTA PREVISTA PARA:
1º A 4 DE AGOSTO DE 2017
(Sujeita a alterações)**

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
Coordenação de Apoio ao Plenário
Telefones: (0xx61) 3216-1144 / 1145 / 1146**

**1º/08/2017
(TERÇA-FEIRA)**

**SESSÃO SOLENE
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 10 HORAS)**

**HOMENAGEM AOS QUARENTA ANOS DA FUNDAÇÃO DOS
ECONOMIÁRIOS FEDERAIS – FUNCEF**

**1º/08/2017
(TERÇA-FEIRA)**

**SESSÃO ORDINÁRIA
(DELIBERATIVA)
(ÀS 14 HORAS)**

**ORDEM DO DIA
(ÀS 16 HORAS)**

MATÉRIA SOBRE A MESA

- I. **Requerimento nº 7.427/10**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 7.291, de 2006**, do Senado Federal, que **dispõe sobre o registro dos circos perante o Poder Público Federal e o emprego de animais da fauna silvestre brasileira e exótica na atividade circense. (T 62 e T 64)**
MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO
- II. **Requerimento nº 10.776/14**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 1.681, de 1999**, do Sr. Arnaldo Faria de Sá, que regula o exercício da **Profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica** e dá outras Providências. **(T 62 e T 64)**
MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO
- III. **Requerimento nº 3.986/16**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 1.202, de 2007**, do Sr. Carlos Zarattini, que **disciplina a atividade de "lobby" e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse e assemelhados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal**, e dá outras providências. **(T 62 e T 64)**
MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO
- IV. **Requerimento nº 4.009/16**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do Projeto de Lei **Complementar nº 76, de 2007**, do Sr. José Fernando Aparecido de Oliveira, que modifica o art. 2º da Lei Complementar nº 125, de 2007. **(Inclui municípios de Minas Gerais na área de abrangência da Sudene) (NT 62 e T 64)**
- V. **Requerimento nº 4.990/16**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de**

Lei nº 5.130, de 2016, do Sr. João Arruda, que acresce o inciso XIV ao Art. 7º, revoga os incisos III e IV do Art. 12 e dá nova redação ao § 6º do Art. 13 e ao § 4º do Art. 15 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. **(Propõe a exclusão da proibição ou da suspensão de atividades de provedores como forma de sanção) (NT 62 e T 64)**

VI. Requerimento nº 5.906/17, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 6.889, de 2017**, do Sr. Giacobbo, que acrescenta os artigos 5-A, 5-B e incisos I e II à Lei nº 9.696, de 1 de setembro de 1998. **(Trata de competência do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Educação Física). (T 62 e T 64)**

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

VII. Requerimento nº 6.460/17, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 6.699-A, de 2002**, do Sr. José Carlos Coutinho, que modifica dispositivo do Código Penal, e dá outras providências. **(Inclui como Crime contra a Saúde Pública o exercício ilegal da profissão de Engenheiro, Arquiteto e Agrônomo) (NT 62 e T 64).**

VIII. Requerimento nº 6.045/17, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 4.614, de 2016**, da Sra. Luizianne Lins, que altera a **Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002**, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, ou seja, aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres. **(NT 62 e T 64)**

IX. Requerimento nº 6.344/17, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 6.989, de 2017**, do Sr. Odorico Monteiro, que altera o **Marco Civil da Internet, Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**, para incluir procedimento de retirada de conteúdos que induzam, instiguem ou auxiliem a suicídio de aplicações de internet. **(NT 62 e T 64).**

X. Requerimento nº 6.356/17, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 6.917, de 2017**, do Sr. Aureo, que dispõe sobre a criação do **Cartão Digital de Vacinação - CDV. (T 62 e T 64).**

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

XI. Requerimento nº 6.361/17, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 3.063, de 2008**, do Sr. Edio Lopes, que altera a redação do art. 282, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **(Agrava a pena para quem praticar e quem empregar alguém para o exercício ilegal da profissão de médico, dentista e farmacêutico; aumenta a pena em caso de crime praticado com fins de lucro, se for aplicado procedimento invasivo ou caso seja receitado, ministrado ou aplicado medicamentos de prescrição controlada). (NT 62 e T 64).**

XII. Requerimento nº 6.368/17, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 3.376, de 2015**, do Senado Federal, que altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito no rol dos crimes hediondos. **(NT 62 e T 64).**

- XIII. Requerimento nº 6.429/17**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 6.737, de 2016**, do Sr. Nelson Pellegrino, que altera a Lei nº 7.102, de 20 junho de 1983, para determinar que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que colocarem a disposição do público caixas eletrônicos, instalem equipamentos que inutilizem as cédulas de moeda corrente depositadas no interior das máquinas em caso de arrombamento, movimento brusco, alta temperatura, e dá outras providências. (T 62 e T 64).
MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO
- XIV. Requerimento nº 6.745/17**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 3.796, de 2004**, da Sra. Laura Carneiro, que dispõe sobre a **Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre o LES - Lupus Eritematoso Sistêmico**, e dá providências correlatas. (T 62 e T 64).
MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO
- XV. Requerimento nº 6.766/17**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação da **Mensagem nº139, de 2017**, do Poder Executivo, que dispõe sobre o texto do **Acordo, por Troca de Notas, entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana, sobre Reconhecimento Recíproco em Matéria de Conversão de Carteiras de Habilitação, assinado em Roma, em 2 de novembro de 2016**. (NT 62 e NT 64).
- XVI. Requerimento nº 6.768/17**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 843, de 2007**, do Sr. Daniel Almeida, que altera o **art.453 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer do colo de útero, de câncer da mama ou de câncer da próstata. (T 62 e T 64).
MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO
- XVII. Requerimento nº 6.772/17**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei Complementar nº 270, de 2016**, do Senado Federal, que acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 23 da Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para vedar a aplicação de sanções a Município que ultrapasse o limite para a despesa total com pessoal nos casos de queda de receita que especifica. (NT 62 e T 64).
- XVIII. Requerimento nº 5.376/16**, do Sr. Carlos Andrade, que requer a instalação de Comissão Externa destinada a acompanhar o fluxo crescente de imigrantes venezuelanos que vem ocorrendo no estado de Roraima.
- XIX. Recurso nº 237/09**, do Sr. Paulo Henrique Lustosa e outros, que recorre contra a apreciação conclusiva do **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.107, de 2008**, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprova o ato que outorga permissão ao **Sistema Beija Flor de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Milhã, Estado do Ceará**.

URGÊNCIA

(Art. 62, § 6º da Constituição Federal)

Votação

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 772, DE 2017
(DO PODER EXECUTIVO)

Continuação da votação, em turno único, da Medida Provisória nº 772, de 2017, que **altera a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõe sobre a inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal**; tendo parecer da Comissão Mista, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta, e pela aprovação parcial das Emendas de nºs 6 e 16, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2017, adotado; e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 5, 7 a 15, e 17 a 29. (Relator: Sen. Eduardo Amorim e Relator-Revisor: Dep. Nilson Leitão)

PRAZO NA CÂMARA: 26/04/2017

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 14/05/2017

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 28/05/2017

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 10/08/2017

COMISSÃO MISTA: Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

Discussão

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 773, DE 2017
(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 773, de 2017, que **estabelece prazo para a correção dos valores referentes ao percentual de aplicação mínimo obrigatório de que trata o caput do art. 69 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para os recursos recebidos em decorrência da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016**; tendo parecer da Comissão Mista, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 8. (Relator: Dep. Gabriel Guimarães e Relatora-Revisora: Sen. Ana Amélia).

PRAZO NA CÂMARA: 26/04/2017

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 14/05/2017

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 28/05/2017

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 10/08/2017

COMISSÃO MISTA: Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 775, DE 2017
(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 775, de 2017, que **altera a Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, para dispor sobre a constituição de gravames e ônus sobre ativos financeiros e valores mobiliários objeto de registro ou de depósito centralizado**; tendo parecer da Comissão Mista, pelo atendimento dos pressupostos

constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta e das Emendas de nºs 3, 6, 10 e 14, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2017, adotado; e pela rejeição das Emendas de nºs 1, 2, 4, 5, 7 a 9 e 11 a 13 (Relator: Dep Aelton Freitas).

PRAZO NA CÂMARA: 04/05/2017

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 22/05/2017

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 05/06/2017

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 18/08/2017

COMISSÃO MISTA: Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

URGÊNCIA

(Art. 155 do Regimento Interno)

Discussão

4

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 190-B, DE 2001 (DA SRA. NAIR XAVIER LOBO)

Continuação da discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 190-B, de 2001, **que suprime o art. 105 do Regimento Interno, que trata do arquivamento das proposições ao final da legislatura;** tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação dos de nºs 100/03, 229/05, 5/07, 232/10, 234/10, 10/11 e 30/11, apensados, com substitutivo; e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição deste e dos de nºs 70/03, 176/04, 295/06, 84/07, 1/11, 48/11, 191/13 e 240/14, apensados (Relator: Dep. Luiz Couto); e da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, pela aprovação, dos de nºs 229/05, 5/07, 232/10, 234/10, 10/11, 30/11 e 100/03, apensados, com substitutivo, e pela rejeição deste e dos de nºs 176/04, 295/06, 84/07, 1/11, 70/03, 240/14, 191/13 e 48/11, apensados (Relator: Dep. Waldir Maranhão). **(NT 62 e NT 64)**

Tendo apensados (20) os PRCs nºs 70/03, 100/03, 176/04, 229/05, 295/06, 5/07, 84/07, 232/10, 234/10, 1/11, 10/11, 30/11, 48/11, 191/13, 240/14, 95/15, 113/15, 115/16, 230/17 e 241/17.

APROVADO O RQU Nº 6.150/17, EM 06/06/17.

5

PROJETO DE LEI Nº 333-E, DE 1999 (DO SR. ANTÔNIO KANDIR)

Discussão, em turno único, do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 333-B, de 1999, que altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, **que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial;** tendo pareceres: da Comissão de Defesa do Consumidor, pela aprovação (Relator: Dep. Paulo Lima); da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, pela aprovação (Relator: Dep. Léo Alcântara); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Substitutivo do Senado (Relator: Dep. Paulo Magalhães). **(NT 62 e T 64)**

APROVADO O RQU, EM 14/12/00.

6

PROJETO DE LEI Nº 4.742-A, DE 2001
(DO SR. MARCOS DE JESUS)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.742-A, de 2001, que introduz art. 146-A no Código Penal Brasileiro - Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, **dispondo sobre o crime de assédio moral no trabalho**; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e do de nº 4.960/01, apensado, com substitutivo (Relator: Dep. Aldir Cabral). **(NT 62 e T 64)**

Tendo apensados (6) os PLs nºs. 4.960/01, 5.887/01, 5.971/01, 3.368/15, 5.503/16 e 7.461/17.

APROVADO O RQU Nº 4.109/16, EM 22/03/16.

7

PROJETO DE LEI Nº 5.271-C, DE 2016
(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.271-C, de 2016, que **cria a Universidade Federal de Catalão, por desmembramento da Universidade Federal de Goiás**; tendo parecer: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (Relator: Dep. Daniel Vilela); da Comissão de Educação, pela aprovação (Relator: Dep. Daniel Vilela); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Fábio Sousa). Pendente de parecer da Comissão de Finanças e Tributação. **(T 62 e T 64)**

APROVADO O RQU Nº 4.622/16, EM 08/06/16.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

8

PROJETO DE LEI Nº 5.273-C, DE 2016
(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.273-C, de 2016, que **cria a Universidade Federal do Rondonópolis, por desmembramento de campus da Universidade Federal de Mato Grosso**; tendo parecer: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com emenda (Relator: Dep. Capitão Augusto); da Comissão de Educação, pela aprovação (Relator: Dep. Sâguas Moraes); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Carlos Bezerra). Pendente de parecer da Comissão de Finanças e Tributação. **(T 62 e T 64)**

APROVADO O RQU Nº 4.481/16, EM 08/06/16.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

9

PROJETO DE LEI Nº 5.275-C, DE 2016
(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.275-C, de 2016, que **cria a Universidade Federal de Jataí, por desmembramento da Universidade Federal de Goiás**; tendo parecer: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (Relator: Dep. Daniel Vilela); da Comissão de Educação, pela aprovação (Relator: Dep. Daniel Vilela); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Lucas Vergilio). Pendente de parecer da Comissão de Finanças e Tributação. **(T 62 e T 64)**

APROVADO O RQU Nº 4.623/16, EM 08/06/16.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

10

PROJETO DE LEI Nº 5.850, DE 2016
(DO SR. AUGUSTO COUTINHO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.850, de 2016, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências". Pendente de parecer das Comissões de: Seguridade Social e Família; e Constituição e Justiça e de Cidadania. **(Agiliza procedimentos relacionados à destituição de poder familiar e à adoção de crianças e adolescente) (NT 62 e T 64)**

Tendo apensado o PL nº 6.924/17.

APROVADO O RQU Nº 5.679/16, EM 15/02/17.

11

PROJETO DE LEI Nº 7.419-A, DE 2006
(DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 7.419-A, de 2006, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde. Pendente de parecer da Comissão Especial. **(Dispõe sobre a cobertura de despesas de acompanhante de menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar) (NT 62 e T 64)**

Tendo apensados (140) os PLs nºs 4.076/01, 4.078/01, 4.367/01, 4.469/01, 4.570/01, 4.844/01, 7.267/02, 7.389/02, 71/03, 156/03, 311/03, 1.349/03, 1.603/03, 1.777/03, 2.474/03, 2.934/04, 3.058/04, 3.088/04, 3.247/04, 3.362/04, 3.708/04, 3.940/04, 4.075/04, 4.164/04, 4.632/04, 6.125/05, 6.510/06, 6.849/06, 7.128/06, 7.340/06, 7.600/06, 582/07, 590/07, 664/07, 756/07, 1.220/07, 1.942/07, 2.901/08, 3.473/08, 4.016/08, 4.393/08, 5.024/09, 5.143/09, 5.730/09, 6.483/09, 6.677/09, 6.821/10, 7.590/10, 7.594/10, 7.762/10, 8.048/10, 394/11, 657/11, 805/11, 1.076/11, 1.147/11, 1.431/11, 1.647/11, 1.677/11, 1.763/11, 2.066/11, 2.328/11, 2.538/11, 2.645/11, 2.734/11, 2.981/11, 2.982/11, 3.087/12, 3.285/12, 3.346/12, 3.675/12, 3.949/12, 4.036/12, 4.077/12, 4.201/12, 4.402/12, 4.726/12, 4.990/13, 5.152/13, 5.715/13, 5.912/13, 5.963/13, 6.067/13, 6.436/13, 6.714/13, 6.715/13, 6.819/13, 7.111/14, 7.142/14, 7.694/14, 7.844/14, 7.914/14, 69/15, 121/15, 176/15, 1.039/15, 1.272/15, 1.564/15, 1.948/15, 1.992/15, 2.128/15, 2.274/15, 2.295/15, 2.344/15, 2.504/15, 2.582/15, 2.608/15, 2.949/15, 3.223/15, 4.043/15, 4.097/15, 4.113/15, 4.294/16, 4.404/16, 4.477/16, 4.478/16, 4.485/16, 4.644/16, 4.729/16, 4.748/16, 4.787/16, 5.069/16, 5.113/16, 5.126/16, 5.191/16, 5.286/16, 5.532/16, 5.622/16, 5.779/16, 5.910/16, 6.033/16, 6.175/16, 6.455/16, 6.941/17, 6.948/17, 7.175/17, 7.501/17, 7.589/17, 7.675/17 e 7.865/17.

APROVADO O RQU Nº 6.038/17, EM 08/03/17, PARA O PL 4.477/16, APENSADO.

12

PROJETO DE LEI Nº 5.248 DE 2016
(DO SR. WEVERTON ROCHA)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.248, de 2016, que **dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Ecocardiograma fetal em gestantes**. Pendente de parecer das Comissões: de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(T 62 e T 64)**

Tendo apensados (2) os PLs nºs 5.713/16 e 6.659/16.

APROVADO O RQU Nº 6.027/17, EM 08/03/17.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

13

PROJETO DE LEI Nº 1.530-C, DE 2015
(DO SR. EFRAIM FILHO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.530-C, de 2015, que **dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao contrabando, e dá outras providências**; tendo parecer: da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (Relator: Dep. Jose Stédile); da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, pela aprovação (Relator:

Dep. Luiz Lauro Filho); e da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela aprovação, com substitutivo (Relator: Dep. Arnaldo Faria de Sá). Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(NT 62 e T 64)**
APROVADO O RQU Nº 6.026/17, EM 14/03/17.

14

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 337-A, DE 2017
(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 337-A, de 2017, que altera a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, que institui a **Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União**; tendo parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação com emendas (Relatora: Dep. Soraya Santos). Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(NT 62 e T 64)**
APROVADO O RQU Nº 5.911/17, EM 05/04/17.

15

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 100-B, DE 2011
(DO SR. DOMINGOS SÁVIO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 100-B, de 2011, que altera o §1º do art. 2º da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, que "Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971"; tendo parecer: da Comissão de Finanças e Tributação, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação deste, com emenda, e pela rejeição do de nº 241/13, apensado (relator: Dep. Luiz Carlos Hauly); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emendas; do de nº 241/13, apensado, com emenda; e da Emenda da Comissão de Finanças e Tributação, com subemenda (relator: Dep. Osmar Serraglio). **(Possibilita que os municípios que tenham disponibilidade de caixa depositem os recursos nas cooperativas de crédito) (NT 62 e T 64)**

Tendo apensado o PLP nº 241/13.

APROVADO O RQU Nº 6.015/17, EM 16/05/17.

URGÊNCIA

(Art. 151, I, "j", do Regimento Interno)

Discussão

16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 424-B, DE 2016
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 424-B, de 2016, que **aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, assinado em Brasília, em 19 de março de 2011**; tendo parecer: da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (Relator: Dep. Edinho Bez); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Osmar Serraglio). **(NT 62 e NT 64)**

PRIORIDADE

(Art. 151, II, do Regimento Interno)

Discussão

17

PROJETO DE LEI N.º 7.291-A, DE 2006 (DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 7.291-A, de 2006, **que dispõe sobre o registro dos circos perante o Poder Público Federal e o emprego de animais da fauna silvestre brasileira e exótica na atividade circense**; tendo pareceres: da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição dos de nºs 2.913/00, 2.936/00, 2.957/00, 2.965/00, 3.034/00, 3.040/00, 3.041/00, 3.389/00, 3.419/00, 4.450/01, 4.770/01, 5.752/01, 12/03, 6.445/05 e 2.875/00, apensados (Relator: dep. Jorge Pinheiro); da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação deste e do Substitutivo adotado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com subemenda substitutiva, e pela rejeição dos de nºs 2.875/00, 2.913/00, 2.936/00, 2.957/00, 2.965/00, 3.034/00, 3.040/00, 3.041/00, 3.389/00, 3.419/00, 4.450/01, 4.770/01, 5.752/01, 12/03, 6.445/05 e 933/07, apensados (Relator: Dep. Antônio Carlos Biffi); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, nos termos do Substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com as alterações feitas pela Emenda Substitutiva da Comissão de Educação e Cultura, com subemenda, e, no mérito, pela rejeição dos de nºs 2.913/00, 2.936/00, 2.957/00, 3.040/00, 3.041/00, 3.389/00, 3.419/00, 4.450/01, 4.770/01, 5.752/01, 12/03, 6.445/05, 933/07 e 2.875/00, apensados; e pela inconstitucionalidade, injuridicidade e técnica legislativa dos de nºs 2.965/00 e 3.034/00, apensados (Relator: Dep. Ricardo Tripoli). **(T 62 e T 64)**

Tendo apensados (16) os Pls nºs: 2.875/00, 2.913/00, 2.936/00, 2.957/00, 3.040/00, 3.041/00, 3.389/00, 3.419/00, 4.450/01, 4.770/01, 5.752/01, 12/03, 6.445/05, 933/07, 1.466/11 e 1.565/11.

HÁ O RQU Nº 7.427/10, APRESENTADO.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

18

PROJETO DE LEI N.º 1.572-B, DE 2007 (DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.572-B, de 2007, que aumenta as penas privativas de liberdade cominadas para os crimes contra a incolumidade pública descritos nos arts. 250, 251, 260, 261, 262 e 265 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; tendo parecer: da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do de nº 257/07, apensado (Relator: Dep. Pinto Itamaraty); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste; pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do de nºs 257/07 e 4.218/08, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (Relator: Dep. Esperidião Amin). **(Aumenta as penas para crimes de incêndio, explosão, atentados contra serviços de transporte, perigo de desastre ferroviário, atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo, e atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública) (NT 62 e T 64).**

Tendo apensados (2) os PLs nºs 257/07 e 4.218/08.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 76-B, DE 2007
(DO SR. JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 76-B, de 2007, que modifica o art. 2º da Lei Complementar nº 125, de 2007; tendo parecer: da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, pela aprovação deste, com emenda (Relator: Dep. Mauro Lopes); da Comissão de Finanças e Tributação, pela aprovação deste, dos de nºs 380/08, 403/08 e 475/09, apensados, e da Emenda da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, com substitutivo (Relator: Dep. Júlio César); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e dos de nºs 380/08, 403/08, 475/09, 119/15, 106/15 e 128/15, apensados, com emendas; da Emenda da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia e do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação, com subemendas (Relator: Dep. Rodrigo Pacheco). **(Inclui municípios de Minas Gerais na área de abrangência da Sudene) (NT 62 e T 64)**

Tendo apensados (7) os PLPs nºs 380/08, 403/08, 475/09, 106/15, 119/15, 128/15 e 389/17.

HÁ O RQU Nº 4.009/16, APRESENTADO.

MATÉRIA SUJEITA A DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

(Art. 202 c/c art. 191 do Regimento Interno)

Discussão

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 471-C, DE 2005
(DO SR. JOÃO CAMPOS E OUTROS)

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 471-B, de 2005, que dá nova redação ao parágrafo 3º do artigo 236 da Constituição Federal. **(Estabelece a efetivação para os atuais responsáveis e substitutos pelos serviços notariais, investidos na forma da lei. PEC dos Cartórios) (NT 62 e NT 64)**

Votação

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 199-C, DE 2016
(DO SENADO FEDERAL)

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº N° 199-C, de 2016, que **altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, para prever a inclusão, em quadro em extinção da administração pública federal, de servidor público, de integrante da carreira de policial, civil ou militar, e de pessoa que haja mantido relação ou vínculo funcional, empregatício, estatutário ou de trabalho com a administração pública dos ex-Territórios ou dos Estados do Amapá ou de Roraima, inclusive suas prefeituras, na fase de instalação dessas unidades federadas**, e dá outras providências; tendo parecer: da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade (Relatora: Dep. Laura Carneiro); e da Comissão Especial, pela admissibilidade das Emendas de nºs 1 a 12, apresentadas; e no mérito, pela aprovação desta, com emendas de redação, e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 12, apresentadas (Relatora: Dep. Maria Helena). **(NT 62 e NT 64)**

Discussão

22

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 504-A, DE 2010 (DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 504-A, de 2010, que altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para **incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional**; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade (Relator: Dep. Ricardo Tripoli); da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela admissibilidade das de nºs 115/95, 150/95, 60/99 e 131/99, com substitutivo (Relator: Dep. Antonio Carlos Biscaia); e da Comissão Especial, pela aprovação das de nºs 115/95, 150/95, 60/99, 131/99, 100/03, 131/03 e 188/03, com substitutivo (Relatora: Dep. Neyde Aparecida). **(NT 62 e NT 64)**

Tendo apensadas (7) as PECs nºs 115/95, 131/99, 150/95, 100/03, 131/03, 188/03 e 60/99.

23

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 70-C, DE 2011 (DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 70-C, de 2011, que **altera o procedimento de apreciação das Medidas Provisórias pelo Congresso Nacional**; tendo parecer: da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade (Relator: Dep. Ricardo Berzoini); e da Comissão Especial, pela aprovação desta, com substitutivo; e pela admissibilidade e, no mérito, pela rejeição das Emendas de nºs 1, 2 e 3/2013 (Relator: Dep. Walter Alves). **(NT 62 e NT 64)**

24

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 200-B, DE 2016 (DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº N.º 200-B, de 2016, que acrescenta § 1º-A ao art. 156 da Constituição Federal **para prever a não incidência sobre templos de qualquer culto do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), ainda que as entidades abrangidas pela imunidade tributária sejam apenas locatárias do bem imóvel**; tendo parecer: da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade (Relator: Dep. João Campos); e da Comissão Especial, pela aprovação (Relator: Dep. Jorge Tadeu Mudalen). **(NT 62 e NT 64)**

ORDINÁRIA

(Art. 151, III, do Regimento Interno)

Discussão

25

PROJETO DE LEI N.º 1.681-F, DE 1999 (DO SR. ARNALDO FARIA DE SÁ)

Discussão, em turno único, do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 1.681-D, de 1999, **que regula o exercício da Profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências**, tendo pareceres: da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação (Relator: Dep. Antonio Brito); da Comissão de Trabalho de Administração e Serviço Público, pela aprovação (Relator: Dep. Assis Melo); e da Comissão de Constituição e Justiça e

de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Luiz Carlos). (T 62 e T 64)

HÁ O RQU Nº 10.776/14, APRESENTADO.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

26

PROJETO DE LEI Nº 6.699-A, DE 2002
(DO SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO)

Discussão, turno único, do Projeto de Lei nº 6.699-A, de 2002, que modifica dispositivo do Código Penal, e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela rejeição deste e pela aprovação do de nº 6.994/2002, apensado (Relator: Dep. Jovino Cândido); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e do de nº 6.994/2002, apensado, com substitutivo (Relator: Dep. Luciano Zica). **(Inclui como Crime contra a Saúde Pública o exercício ilegal da profissão de Engenheiro, Arquiteto e Agrônomo) (NT 62 e T 64)**

Tendo apensado o PL nº 6.994/02.

HÁ O RQU Nº 6.460/17, APRESENTADO.

27

PROJETO DE LEI N.º 3.796-E, DE 2004
(DA SRA. LAURA CARNEIRO)

Discussão, em turno único, do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 3.796-C, de 2004, que **dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá outras providências correlatas**; tendo parecer: da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação do Substitutivo do Senado, com exceção dos incisos II e III do § 2º do art. 1º (Relator: Dep. Osmar Terra); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Substitutivo do Senado, com exceção do inciso II do § 2º do art. 1º por inconstitucionalidade e do inciso III do § 2º do art. 1º por injuridicidade (Relatora: Dep. Sandra Rosado). **(T 62 e T 64)**

HÁ RQU Nº 6.745/17, APRESENTADO.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

28

PROJETO DE LEI Nº 843-G, DE 2007
(DO SR. DANIEL ALMEIDA)

Discussão, em turno único, das Emendas do Senado ao Projeto de Lei nº 843-D, de 2007, que altera o art. 473 da **Consolidação das leis do trabalho - CLT**, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a **fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de Câncer**; tendo parecer: da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação (Relator: Dep. Eleuses Paiva); da Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público, pela aprovação da emenda nº 2 e pela incompetência da Comissão para analisar a emenda nº 1 (Relator: Dep. André Figueiredo); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Luiz de Deus). **(T 62 e T 64)**

HÁ O RQU Nº 6.768/17, APRESENTADO.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

29

PROJETO DE LEI N.º 1.202-B, DE 2007
(DO SR. CARLOS ZARATTINI)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.202-B, de 2007, que **disciplina a atividade de "lobby" e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse e assemelhados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e dá outras**

providências; tendo parecer: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (Relator: Dep. Milton Monti); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, com emendas, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e do de nº 1961/2015, apensado, com Substitutivo (Relatora: Dep. Cristiane Brasil). **(T 62 e T 64)**

Tendo apensado o PL nº 1.961/15.

HÁ O RQU Nº 3.986/16, APRESENTADO.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

30

PROJETO DE LEI Nº 3.063-A, DE 2008

(DO SR. EDIO LOPES)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.063-A, de 2008, que altera a redação do art. 282, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo (Relator: Dep. João Campos). **(Agrava a pena para quem praticar e quem empregar alguém para o exercício ilegal da profissão de médico, dentista e farmacêutico; aumenta a pena em caso de crime praticado com fins de lucro, se for aplicado procedimento invasivo ou caso seja receitado, ministrado ou aplicado medicamentos de prescrição controlada).** **(NT 62 e T 64)**

HÁ O RQU Nº 6.361/17, APRESENTADO.

31

PROJETO DE LEI N.º 3.487-C, DE 2012

(DO SR. JERÔNIMO GOERGEN)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.487-C, de 2012, que dispõe sobre a **comercialização, a estocagem e o trânsito de arroz, trigo, feijão, cebola, cevada e aveia e seus derivados importados de outros países, para consumo e comercialização interno**, e dá outras providências; tendo parecer: da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, pela rejeição (Relator: Dep. João Maia); da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, pela aprovação (Relator: Dep. Vitor Penido e Relator Substituto: Dep. Oziel Oliveira); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda (Relator: Dep. Alceu Moreira). **(T 62 e T 64)**

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

**02/08/2017
(QUARTA-FEIRA)**

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
(DELIBERATIVA)
(ÀS 9 HORAS)**

ORDEM DO DIA

MATÉRIA SUJEITA A DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Discussão

**ITEM ÚNICO
SOLICITAÇÃO PARA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO Nº 1, DE 2017
(SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL)**

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania que conclui pelo indeferimento da solicitação de autorização para a instauração, pelo Supremo Tribunal Federal, de processo criminal em razão de denúncia formulada pelo Ministério Público Federal em desfavor do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Michel Miguel Elias Temer Lulia, nos autos do Inquérito nº 4.517 (Relator: Paulo Abi-Ackel).

**03/08/2017
(QUINTA-FEIRA)**

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
(DELIBERATIVA)
(ÀS 9 HORAS)**

ORDEM DO DIA

PROPOSIÇÕES REMANESCENTES DO DIA ANTERIOR

E

URGÊNCIA
(Art. 151, I, "j", do Regimento Interno)

Discussão

1

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 105-C, DE 2015
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 105-C, de 2015, que **aprova o texto do Acordo Complementar de Revisão do Convênio de Seguridade Social firmado entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, assinado em Madri, em 24 de julho de 2012;** tendo parecer: da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação (Relator: Dep. Jorge Solla); da Comissão de Finanças e Tributação, pela

compatibilidade e adequação financeira e orçamentária (Relator: Dep. Enio Verri); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relatora: Dep. Cristiane Brasil). **(NT 62 e NT 64)**

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 389-B, DE 2016
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 389-B, de 2016, que **aprova os textos das Emendas aos artigos 11 e 12 da Convenção que Estabelece a Agência Multilateral de Garantia para Investimentos (MIGA), adotadas pela Resolução nº 86, do Conselho de Governadores, em 30 de julho de 2010**; tendo parecer: da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, pela aprovação (Relator: Dep. Rogério Marinho); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Delegado Waldir). **(NT 62 e NT 64)**

3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 424-B, DE 2016
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 424-B, de 2016, que **aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, assinado em Brasília, em 19 de março de 2011**; tendo parecer: da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (Relator: Dep. Edinho Bez); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Osmar Serraglio). **(NT 62 e NT 64)**

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 430-B, DE 2016
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 430-B, de 2016, que **aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação no Domínio Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Eslovênia, assinado em Liubliana, em 20 de setembro de 2011**; tendo parecer da Comissão de Educação, pela aprovação (Relator: Dep. Danilo Cabral); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Capitão Augusto). **(NT 62 e NT 64)**

5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 490-B, DE 2016
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 490-B, de 2016, que **aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade de Dominica, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010**; tendo parecer: da Comissão de Educação, pela aprovação (Relatora: Dep. Pollyana Gama), e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Paulo Teixeira). **(NT 62 e NT 64)**

6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 528-B, DE 2016
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 528-B, de 2016, que **aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Socialista do Sri Lanka sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Partes dos Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 8 de fevereiro de 2013**; tendo parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (Relator: Dep. Daniel Almeida); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação (Relator: Dep. Luiz Couto). **(NT 62 e NT 64)**

7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 543-B, DE 2016
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 543-B, de 2016, que **aprova o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola no Domínio do Ensino Superior e Formação de Quadros, assinado, em Brasília, em 23 de junho de 2010**; tendo parecer: da Comissão de Educação, pela aprovação (Relator: Dep. Junior Marreca); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Antonio Bulhões). **(NT 62 e NT 64)**

8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 551-B, DE 2016
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 551-B, de 2016, que **aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de São Vicente e Granadinas, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010**; tendo parecer da Comissão de Educação, pela aprovação (Relator: Dep. Alex Canziani); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Kaio Maniçoba). **(NT 62 e NT 64)**

9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 560-B, DE 2016
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 560-B, de 2016, que **aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia, assinado em Lusaca, em 8 de julho de 2010**; tendo parecer da Comissão de Educação, pela aprovação (Relator: Dep. Alex Canziani); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Delegado Edson Moreira). **(NT 62 e NT 64)**

10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 561-A, DE 2016
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 561-A, de 2016, que **aprova o texto do Protocolo Alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coreia, Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto sobre a Renda, assinado em Brasília, em 24 de abril de 2015**; tendo parecer: da Comissão de Finanças e Tributação,

pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação (Relator: Dep. Hildo Rocha); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Luiz Fernando Faria). **(NT 62 e NT 64)**

11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 570-B, DE 2016
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 570-B, de 2016, que **aprova o texto do Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália, assinado em Brasília, em 21 de abril de 2010**; tendo parecer da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (Relator: Dep. Gonzaga Patriota); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Rubens Pereira Júnior). **(NT 62 e NT 64)**

12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 571-B, DE 2016
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 571-B, de 2016, que **aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia, celebrado em Lusaca, em 08 de julho de 2010**; tendo parecer da Comissão de Cultura, pela aprovação (Relator: Dep. Cabuçu Borges); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Marcos Rogério). **(NT 62 e NT 64)**

13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 572-A, DE 2016
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 572-A, de 2016, que **aprova o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia, celebrado em Brasília, em 15 de outubro de 2013**; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação (Relator: Dep. Luiz Fernando Faria). **(NT 62 e NT 64)**

14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 222-A, DE 2015
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 222-A, de 2015, que **aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de São Vicente e Granadinas, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010**; tendo parecer da Comissão de Cultura, pela aprovação (Relator: Dep. Paulão). Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(NT 62 e NT 64)**

Avocado nos termos do Artigo 52, § 6º do RICD

15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 296-A, DE 2015
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 296-A, de 2015, que **aprova o texto do Acordo de Cooperação no Domínio da educação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Irlanda, celebrado em Dublin, em 24 de novembro de 2010**; tendo parecer da Comissão de Educação, pela aprovação (Relator: Dep.

Helder Salomão). Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.
(NT 62 e NT 64)

Avocado nos termos do Artigo 52, § 6º do RICD

**03/08/2017
(QUINTA-FEIRA)**

**SESSÃO SOLENE
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 10 HORAS)**

**HOMENAGEM AOS PROTETORES DE ANIMAIS DO BRASIL E A SEUS ESFORÇOS
PARA PRESERVAR E PROTEGER A FAUNA BRASILEIRA**

**03/08/2017
(QUINTA-FEIRA)**

**SESSÃO DE DEBATES
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 14 HORAS)**

**04/08/2017
(SEXTA-FEIRA)**

**SESSÃO DE DEBATES
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 9 HORAS)**

**04/08/2017
(SEXTA-FEIRA)**

**SESSÃO SOLENE
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 15 HORAS)**

**HOMENAGEM AOS CINQUENTA ANOS DE CRIAÇÃO DA FINANCIADORA DE
ESTUDOS E PROJETOS - FINEP**
